



ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

Data: 02/09/2020 Local: Videoconferência em razão da COVID-19
Campo Grande – MS

CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa	Presidente - Comercial
Eliamar Oliveira	Conselheira Titular - Rural
Erivaldo Marques	Conselheiro Titular – Residencial
Denise Simões	Secretário Executiva – Titular
Sebastião Dussel	Conselheiro Titular – Indústria
Dian Brito	Secretário Executiva – Suplente

ENERGISA/CONVIDADOS

Ricardo Vidinich	Consultor Concen/Copel
Fernanda Mathias	Jornalista
Rogério	TAG 3
Fernando Espíndula	Técnico da EMS

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 08h39 do dia 02 de setembro de 2020, por meio de teleconferência, em decorrência do isolamento
2 para contenção da COVID-19, foi iniciada a 7ª Reunião Ordinária de 2020. Os conselheiros discutem a
3 retomada da economia e seus efeitos colaterais, como possibilidade de escassez e inflação, as reformas
4 administrativas e tributárias em prioridade na pauta do Congresso Nacional, a presidente Rosimeire
5 observa que é possível inferir o efeito de desoneração da energia elétrica. Fala sobre a preocupação
6 com gastos da CDE, que atingiram no ano passado R\$ 97,3 bilhões, um gasto que deveria ser política
7 de governo e não sobre o contribuinte. A presidente, Sra. Rosimeire Costa, destaca que o tempo de
8 tolerância foi observado e declara aberta a reunião e passa à leitura da pauta: **1. Aprovação das atas**
9 **anteriores; 2. Plano de Contingências para dias críticos em razão de temporais - Solicita**
10 **especialista da área na EMS 3. 2ª Etapa da CP035/2020; 4. Site do Concen; Assuntos Gerais;**
11 **Caso CEMIG - PIS, PASEP e Confins.** Ressalta a participação do fornecedor Rogério, para tratar da
12 finalização do site do Concen. Consulta os conselheiros se há alguma contribuição às atas, que, em
13 cumprimento à REN 451, elas serão disponibilizadas no site, bem como as agendas. Os conselheiros
14 não apresentam objeção. A Sra Eliamar explica que tem compromisso e que gostaria que a reunião
15 começasse pela apresentação do Sr. Vidinich. É feita inversão de pauta, **3. 2ª Etapa da CP035/2020,**
16 que vai tratar do reequilíbrio econômico e financeiro das 52 áreas de concessão no Brasil, tratado no
17 artigo 10.350. O Sr. Ricardo inicia a fala, ressaltando que o decreto foi objeto de reunião da diretoria
18 que abriu a Consulta Pública 35, nº 2 com duração de 45 dias, tendo como um dos aspectos mais
19 importantes a inadimplência, sendo que, no primeiro mês, atingiu pico 16% e, à medida em que o
20 tempo passa, vai caindo. Na análise de impacto regulatório, as distribuidoras são distribuídas e
21 categorizadas, a EMS consta no cenário B3, no mesmo cenário da Abradee para análise do PD, que
22 traz dois efeitos, sobre contratos antigos e novos. A Energisa MS está enquadrada como contrato
23 antigo e, se a distribuidora quiser fazer a RTE, teria de migrar ao contrato novo para efeito de
24 produtividade e inadimplência, decisão que cabe à distribuidora. No conjunto geral da Dívida Líquida
25 Regulatório, a Lajida aponta que nenhuma delas ultrapassa o nível 3, quando considerados efeitos da
26 COVID e inadimplência os números mudam conforme a área de concessão, da Amazônia ultrapassa
27 todos os valores, no caso da EMS se mantém no mesmo patamar. Os pleitos de RTE devem ser
28 analisados a partir de março de 2021 e esse direito vale até a próxima RTE; o cálculo de reequilíbrio
29 de receitas recuperáveis deve incidir a partir de dezembro de 2021. A Aneel também incluiu no
30 processo efeitos que não estavam previstos, os efeitos da parcela B seriam recalculados, sendo que o
31 foco é a correção do PD, produtividade, sendo que o impacto se concentra na redução do mercado e
32 inadimplência. O fluxograma da Aneel começa com uma pergunta: o pleito é transparente e com cópia
33 aos conselhos dos consumidores?, sendo este o ponto nevrálgico a ser trabalhado. “Um dos pontos que
34 acho que deve haver análise do Concen na CP é fazer sugestão à esta pergunta”, orienta o consultor.
35 As demais perguntas seguem as regras. Caso aceito, o protocolo deve ser feito de 02 de maio de 2021
36 a 31/04. “Me parece que a Energisa não terá interesse, mas precisamos conhecer mais a fundo a
37 questão”. Segue para planilha completa sobre inadimplência, de 59 meses, por classes, tendendo a
38 zero, diante da iminência do corte. Recomenda que o Concen questione à Energisa se as informações
39 estão aderentes e qual foi a inadimplência dos últimos 60 meses. Encerrada apresentação, concluindo
40 que os fatores preponderantes são redução de mercado e aumento de inadimplência, o Sr. Ricardo se
41 coloca à disposição para perguntas. A presidente Rosimeire Costa relata que houve reunião com a
42 diretora da Aneel Elisa Bastos que segue como relatora do processo, que ouviu conselheiros no dia
43 23/08, antes do lançamento da CP. Ressalta que pedido para retirar a CVA do RTA foi negada, sob

44 alegação de que isso teria de ser suscitado no momento da consulta, porém, a minuta da resolução não
45 fazia constar tal parágrafo. “O que cobrei da diretora foi que fosse transparente”, ressalta, destacando
46 que esse posicionamento que levou a Aneel destacar como item 01 a importância de posicionamento
47 junto aos conselhos de consumidores quando do pedido de recomposição econômica e financeira. Na
48 sexta-feira, observou o Sr. Ricardo, haverá nova reunião sobre a questão. A Sra Eliamar questiona,
49 então, se não haveria interesse da concessionária em requerer; o Sr. Ricardo explica que a regra
50 determina que a empresa passaria ao contrato novo o que faria com que o RTA passasse a usar IGPM
51 (9%) no lugar do IPCA (3%). Sobre inadimplência, agora que a concessionária já tem panorama de
52 que aderiu ao parcelamento, cortes e inclusive ganhos com taxas de juros, a Sra Eliamar questiona
53 como o Conselho pode requerer essas informações à concessionária. O Sr Ricardo diz que, a princípio,
54 o juros não podem ser altos, devem estar aderentes aos que a Energisa paga aos bancos, não pode
55 haver distorção, que a informação é interna, mas pode solicitar qual o nível de inadimplência e a
56 receita irrecuperável. Pondera que a preocupação é importante, quanto à comparação dos juros
57 praticados, se estão aderentes ao mercado. Que, nos balanços financeiros, é possível ter informações
58 sobre a receita financeira da empresa, porém, isso se mistura à aplicação de dinheiro do caixa,
59 conforme comentado na Lajida. “É muito difícil saber qual o ganho financeiro que a empresa tem em
60 relação ao financiamento dos consumidores, mas acho que é uma pergunta que pode ser feita, porque a
61 força de obrigar a pagar, sem dúvidas, é o corte”. A presidente fala que irá compartilhar no grupo e
62 whatsapp um card da Energisa para campanha de parcelamento e que a aderência tem sido grande.
63 Lembra que em reunião com o Sr. Marcelo Vinhaes e Sr. Fernando Maia sobre mudança do IGPM
64 para IPCA foi dito que somente deve ocorrer no novo processo de concessão em 2027. Quanto ao
65 financiamento do consumidor, diz que é uma situação interna, mas que é preciso olhar os Direitos do
66 consumidor, e a EMS está fazendo parcelamento no cartão de crédito em que o consumidor não tem
67 mais débito com a concessionária e sim com cartão. O Sr. Sebastião diz que a Energisa perde
68 oportunidade de esclarecer os pontos de dúvida durante a reunião, pergunta se a EMS aderiu ao
69 empréstimo da conta COVID e, se sim, qual a taxa e impacto ao consumidor? Que a inadimplência não
70 deve justificar RTE uma vez que os cortes foram retomados. Quanto à redução de mercado, vê um
71 ponto que pode ser discutido. O Sr. Ricardo separa dois efeitos, o caixa e financeiro. No primeiro,
72 houve redução com aumento da inadimplência e redução de consumo, a depender de cada área de
73 concessão, sendo que a situação mais crítica da AM; que as demais empresas aderiram à conta Covid e
74 refizeram seu caixa com juros “razoável”, de 5% ao ano. Quanto à questão tarifária, os efeitos da
75 pandemia não estavam considerados na RTA de 2020, que se fala que as receitas irrecuperáveis estão
76 três vezes aquém do real, considerando que muitas empresas faliram e não vão pagar mais a conta. O
77 que é discutido é como devem ser considerados esses efeitos, bem como a queda do mercado, onde a
78 parcela B está baseada no total de energia vendida. Reforça que os números apresentados pela Aneel
79 não justificam a RTE. A presidente sugere reunião extraordinária, solicitando dados da inadimplência,
80 redução de carga e, na fala da Sra. Eliamar, os juros cobrados no parcelamento, reforça que o prazo de
81 contribuição à CP é até 05/10. Fala que seria importante reunião com técnicos da EMS, que possam
82 fornecer informações. O sr. Dussel concorda com a reunião extraordinária e defende que seja
83 elaborada uma pauta consistente e objetiva de forma que a concessionária esclareça, efetivamente, as
84 dúvidas. “Claro que há informações estratégicas, mas, por exemplo, tenho dúvida se houve redução
85 de carga uma vez que nosso mercado é basicamente residencial e comercial”. A Sra Eliamar reforça a
86 fala do Sr. Dussel sobre a necessidade de esclarecer dúvidas e apresentar respostas às perguntas feitas

87 pelo Conselho. A presidente diz, então, que vai endereçar convite ao Sr. Marcelo Vinhaes, antes será
88 feita uma pauta, alinhada com os conselheiros e propõe que seja entre 15 e 17/09, sendo que a data
89 será submetida pelo grupo de whatsapp. Pergunta ao grupo se passa ao contingenciamento e se deixa a
90 questão da CEMIG para a próxima reunião. A Sra. Eliamar concorda. A Sra. Rosimeire explica que foi
91 votado na semana passada devolução de PIS e Cofins, mas que a questão pode ficar para a próxima
92 reunião. O Sr. Ricardo explica que a Aneel analisa como devolver os valores aos consumidores, na
93 questão da CEMIG o reajuste foi de 5%, a diretoria reviu a posição e aceitou devolver parte que
94 recebeu de PIS e Cofins e isso se deu na fora de não ter reajuste. Agora, a Aneel estuda se estende à
95 demais concessionárias, assunto que será discutido na AP em que o Concen já contribuiu defendendo
96 que quem pagou efetivamente seja ressarcido. Por enquanto, aguarda-se resultado da AP. A presidente
97 perguntou ao Sr. Dian se havia processo relacionado a esse assunto, primeiro momento foi informado
98 que não e, após, o jurídico informou que em 2017 foi ingressados embargos declaratórios. Passa a item
99 **2. Plano de Contingências** para dias críticos em razão de temporais – com especialista da área na
100 EMS, a presidente relata situações de bairros que ficaram de 17 a 19 horas sem energia e explica que
101 passou ao Sr. Dian questionamentos sobre como a Energisa se mobiliza. O Sr. Fernando explica eu há
102 um Centro de Monitoramento de Clima que respalda plano de contingência, sempre que há previsão de
103 chuvas, equipes ficam de prontidão, tanto de manutenção quanto área de perdas. Que no fim de
104 semana de agosto, quando houve temporal, o contingente estava aumentado em 125%. “Em
105 Aquidauana tivemos talvez o prior temporal dos últimos 80 anos, não acarretando só em problemas de
106 energia, mas social, de casas e aumentamos em cinco vezes nossa força de trabalho em Aquidauana”.
107 Observou que há uma escala para garantir continuidade de atendimento no período de dias com
108 impacto, de forma a não esgotar a força de trabalho e cumprir questões trabalhistas. O Sr. Dussel
109 afirma que o Concen já tinha solicitado apresentação do plano de manutenção da distribuidora e
110 tecnologia e, questiona quais as redes que mais saem, onde há maiores ocorrências no sistema, se há
111 este mapeamento e quais as medidas para mitigar. O Sr. Fernando diz que há um georreferenciamento
112 e que todo ano são instalados mais de 100 a 150 aparelhos telecomandados na rede, como religadores
113 para self reeling, que o plano de manutenção é revisto constantemente, olhando não só indicadores que
114 basearam o plano como outros fatores que impactam. Quanto indicadores de qualidade, afirma que os
115 índices estão mais baixos dos últimos anos (DEC e FEC). Que o sistema de monitoramento do tempo é
116 comparado com outros e o preparo é sempre para o pior cenário climático. A presidente agradece a
117 disponibilidade do Sr. Fernando, porém, lembra que a situação lembrada pelo Sr. Dussel foi de 2019,
118 que há 16 horas de capacitação técnica pendente por esta área. Dito isso, questiona porque na situação
119 do temporal em plena Capital houve bairros com 17-19 horas de suspensão e, sobretudo, porque a
120 Aneel na RTE deu um plus á Energisa MS justamente por essa atuação. O sr. Fernando argumenta que
121 a gravidade do temporal de agosto comparado ao mesmo período de 2019, o aumento foi mais de
122 150%, que não foi um temporal curto, que a volumetria de serviço foi muito alta, mas que alguns
123 transformadores ficaram quase 19 horas prejudicados. Que a média histórica é de 500 ocorrências e
124 desta vez ultrapassou mil, se prolongando durante uma semana, afetando não só Campo Grande, mas
125 região nordeste como Aquidauana e Bonito e no Sul, Dourados, Naviraí, Ponta Porã e Nova
126 Andradina. “Nesse caso tivemos inclusive equipes saindo de outras localidades para Aquidauana,
127 Maracaju e Rio Brillhante. Foi um ponto fora da curva do clima”. O Sr. Erivaldo, reforçando
128 questionamento do sr. Dussel, cita caso da região em que mora na região de São Francisco, onde há
129 um transformador, na rua Cristovão de Barros, entre a Muriaé e rua do Seminário, em que

130 constantemente precisa ser feita intervenção ,mesmo fora do período chuvoso. O Sr. Fernando disse
131 que anotou o endereço para checagem e que todas as aberturas, desde um único cliente, são
132 monitoradas, tanto o tempo que ficou aberto, quais as causas, gerando uma massa de dados para que
133 sejam criados os planos de ação, com priorização de manutenções. Que em alguns casos não é
134 encontrada a causa e assim fica classificado. O Sr. Erivaldo informa que está encaminhando uma foto
135 no grupo. Sr. Fernando, respondendo pergunta da presidente, fala sobre instalação de equipamentos,
136 dentro do P&D, serão 40 até o fim do mês e será monitorado o ganho efetivo para na sequência prever
137 instalação em massa. O equipamento é um religador mais barato que um trifásico,telecomandado, já
138 usado na EMT, trazendo benefícios especialmente para a zona rural. O S Dussel observa que é
139 importante uma vez que há muita reclamação de pequenas indústrias no meio rural, que é importante
140 levar essas informações ao Concen para difundir entre os consumidores das classes que representa.
141 Solicita que quando houver alguma manobra seja informado o consumidor para reprogramar sua rotina
142 e evitar perdas na linha de produção, citou como exemplo pedreira e a Semallo, que foi orientada a
143 instalar um no break de alto valor. Sr. Fernando disse que tenta comunicar grandes consumidores
144 quando há manobras pesadas, que não há como avisar self reeling por não haver previsão. Dando
145 retorno ao sr. Erivaldo, ressaltou que houve três saídas no transformador citado, duas em maio,
146 preventivas para corte e outra em junho por conta de ligação clandestina. A presidente agradece
147 participação do Sr. Fernando, que a REN 414 prevê essa comunicação, solicita que o sr. Dussel e
148 Erivaldo pensem em temas para marcar reunião de capacitação, que as previsões feitas no fim do ao
149 passado, para estrear novo auditório foram tombadas por conta da COVID. Segue ao item **4. Site do**
150 **Concen** O Sr. Dian informa à presidente informando mudança de layout no site e que nos canais de
151 atendimento contam canais de consumidores, sugerindo que ao clicar seja direcionado ao site, uma
152 vez que esteja operacional. O Sr. Rogério inicia fala, esclarecendo que será feito um link e que deve
153 ser definido qual será o endereço que precisa ser registrado, como org ou com.br e outro ponto a ser
154 definido, que passará documentação requeridas, a partir disso, os e-mails serão criados, a presidente
155 sugere que o lançamento seja no aniversário do CDC, 15 de setembro. O Sr. Eivaldo diz que o dia
156 30/07 fez solicitação ao Sr. Marcelo Vinhaes, solicitando informações detalhadas sobre a sobre a
157 negociação de débitos, que, inclusive, informou no ofício que integra Concen e não teve resposta. O
158 Sr. Dian informa que irá checar. A presidente disse que essa situação foi pactuada há três anos, diante
159 da dificuldade das entidades em ter resposta, para o protocolo seja feito com cópia digitalizada para o
160 Concen, de forma que possa também intervir para que a resposta seja o mais breve possível. A Sra
161 Denise afirma que, desta forma, fica mais fácil de dar andamento à solicitação porque com ofício
162 endereçado diretamente à diretoria não chega ao conhecimento da Secretaria. A presidente exemplifica
163 que a fornecedora Fernanda alinhou forma de dar conhecimento às notas para que todos se envolvam
164 no processo. A presidente agradece a todos, informa que vai fechar data da reunião extraordinária.



Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN



Denise Simões
Secretária Executiva do CONCEN